

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
COORDENADOR

REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET

ANO VIII - EDIÇÃO 30 - JUNHO 2011

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA:

- do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Portaria COJUD n. 06, de 14 de novembro de 2005, deferido pela Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista Carlos Fernando Mathias)
- do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Portaria n. 04, de 29 de abril de 2005, deferido pela Exma. Sra. Desembargadora Federal Diretora da Revista Salette Nascimento)
- do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (sob o n. de inscrição 23 – Portaria n. 02, de 26 de outubro de 2005, deferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon, Diretor da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Quarta Região)
- do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (sob n. 14 – Despacho do Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista José Baptista de Almeida Filho, publicado no DJU de 5 de setembro de 2005, seção 2, página 612)
- do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 07 de novembro de 2008. Despacho do Ministro-Diretor da Revista do STJ.
- do Supremo Tribunal Federal, a partir de 21 de outubro de 2009. Registro de número 045-09. Processo n. 33352, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, 21 de outubro 2009.

MP
EDITORA



Editoração
Mônica A. Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Yangraf

Ano VIII – Edição 30 – Junho 2011

Tiragem: 3.000

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2011
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 1806-1885

CONSELHO EDITORIAL

André Elali
Clélio Chiesa
Cristiano Carvalho
Edison Carlos Fernandes
Edmar Oliveira Andrade Filho
German Alejandro San Martín Fernández
Guilherme Cezaroti
Guilherme von Müller Lessa Vergueiro
Helenilson Cunha Pontes
Igor Nascimento de Souza
Ives Gandra da Silva Martins
José Maria Arruda de Andrade
Júlio Maria de Oliveira
Leonardo Freitas de Moraes e Castro
Marcelo de Lima Castro Diniz
Marcelo Magalhães Peixoto
Paulo César Conrado
Roberto Wagner Lima Nogueira
Tácio Lacerda Gama



APET – Associação Paulista de Estudos Tributários
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo-SP – Brasil – Fone: (11) 3105-6191



INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA APET

A *Revista de Direito Tributário da APET* é uma publicação especializada em Direito Tributário, portanto todos os artigos enviados devem versar sobre esse tema.

A publicação dos artigos não importará em retribuição financeira para o(a) autor(a) por parte da MP Editora ou por parte da APET.

A remessa espontânea dos artigos significará a cessão dos direitos autorais à Revista e, uma vez publicados, será permitida posterior reprodução, desde que citada a fonte.

É de responsabilidade do(a) autor(a) a observância da Lei n. 9.610/98.

Os artigos devem ser inéditos e datados do dia da elaboração. Todas as citações devem estar acompanhadas da respectiva fonte de referência.

Os arquivos deverão ser enviados em documento de Word, tendo um mínimo de 15 e um máximo de 20 páginas, observadas as seguintes configurações:

a) fonte Arial tamanho 11 para o corpo do texto e Arial 9 para as notas de rodapé e citações; espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

b) margens em página com formato A4: superior 2,5 cm; inferior 2,5 cm; esquerda 3,0 cm; e direita 3,0 cm. O espaçamento entre linhas é 1,5 cm;

O(A) autor(a) deverá enviar também um minicurrículo de seu histórico profissional e acadêmico, bem como os dados para contato.

Os artigos poderão ser encaminhados para o Coordenador Geral da Revista, Marcelo Magalhães Peixoto, por e-mail (mmp@mpeditora.com.br) ou, na forma impressa, para o endereço: Av. Paulista, 1.776 – 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-200, São Paulo – SP.

Após o recebimento, os artigos serão avaliados pelo Conselho Editorial da Revista.



AUTORES

COORDENADOR GERAL DA REVISTA

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

RESPONSÁVEL PELA JURISPRUDÊNCIA DA REVISTA

GUILHERME CEZAROTI

CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO

Doutorando em Direito Tributário pela PUC-SP. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Direito Financeiro e Tributário no Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Procurador do Estado do Amazonas. Representante Fiscal no Conselho de Recursos Fiscais da Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas.

CÉLIO ARMANDO JANCZESKI

Mestre em Direito. Professor de Direito Tributário da Faculdade *Mater Dei*, da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina e da Escola Superior da OAB. Membro do Conselho Científico da Academia Brasileira de Direito Tributário. Membro benemérito da APET. Advogado no Paraná e em Santa Catarina.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor Emérito da Universidade Mackenzie, em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Econômico e de Direito Constitucional.

LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Pós-graduado em Direito Tributário Internacional pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Mestrando em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo – USP. LL.M. (*Master of Laws*) in *Taxation* pela Georgetown University Law Center em Washington, EUA, como bolsista integral (*Graduate Tax Scholar*) e recebedor do *Dean's Certificate*. Membro do Conselho de Apoio e Pesquisa da Revista de Direito Tributário Internacional e do Conselho Editorial da Revista de Direito Tributário da APET. Professor e Advogado em São Paulo. *International Associate* de Milbank, Tweed, Hadley and McCloy LLP em Nova Iorque, EUA.

LUCIANO INOCÊNCIO DOS SANTOS

Contabilista. Graduando em Direito pela Universidade São Francisco. Especializado em Direito Tributário pelo IBDT. Consultor Tributário com *expertise* em Tributos Diretos e Planejamento Tributário. Membro da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF –, e da Associação Brasileira dos Consultores Tributários – ABCT. Professor e Palestrante em diversos cursos e seminários de Direito Tributário, Societário e Contabilidade.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| ARTIGOS | 11 |
| | |
| POSSUEM NATUREZA TRIBUTÁRIA AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FMPES, FTI E UEA, PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS? | 13 |
| <i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i> | |
| 1. Colocação do problema | 13 |
| 2. A “teoria das classes” e sua utilização para determinação da natureza jurídica dos objetos | 13 |
| 3. Análise da definição legal de tributo | 15 |
| 4. Os tributos de competência estadual | 20 |
| 5. Da natureza não tributária das contribuições devidas pelas empresas incentivadas | 22 |
| 6. Natureza das contribuições ao FMPES, à UEA e ao FTI: receitas originárias | 27 |
| 7. Conclusões | 30 |
| | |
| A INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS | 33 |
| <i>Célio Armando Janczeski</i> | |
| 1. Noções introdutórias | 33 |
| 2. O artigo 201, § 11, da Constituição Federal | 34 |
| 3. Terço constitucional de férias e a incidência das contribuições previdenciárias | 36 |
| 4. Da jurisprudência | 37 |
| 5. Conclusão | 40 |
| 6. Bibliografia | 40 |

| | |
|---|------------|
| IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA: EXAME CRÍTICO DE SUA NATUREZA JURÍDICA E EFEITOS DE SUA NÃO RETENÇÃO | 43 |
| <i>Leonardo Freitas de Moraes e Castro</i> | |
| 1. Introdução | 43 |
| 2. Imposto de Renda – conceito de renda e princípios constitucionais aplicáveis | 44 |
| 3. Periodização e aspecto temporal do Imposto de Renda | 50 |
| 4. Sujeição passiva da obrigação tributária | 55 |
| 5. Responsabilidade tributária do Imposto de Renda | 59 |
| 6. O Parecer COSIT n. 1/02 e responsabilidade tributária no IR | 64 |
| 7. Conclusões | 68 |
| A DECISÃO DO CARF SOBRE A INAPLICABILIDADE DA MULTA E DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE QUITAÇÕES EXTEMPORÂNEAS DAS ESTIMATIVAS MENSAS DO IRPJ E DA CSLL | 73 |
| <i>Luciano Inocêncio dos Santos</i> | |
| CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA - CLIPPING ELETRÔNICO | 85 |
| <i>Diário Oficial da União</i> | |
| PARECER | 121 |
| POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS – LIMITES DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – AUTONOMIA FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DAS UNIDADES FEDERATIVAS – PARECER | 123 |
| <i>Ives Gandra da Silva Martins</i> | |
| JURISPRUDÊNCIA | 155 |